

BOLETIM INFORMATIVO BRASIL

JULHO 2025

FATOS CHAVE EM JULHO DE 2025

1

**Governo Trump
anuncia tarifa
sobre produtos
brasileiros**

2

**Estados Unidos
acionam ministro do
Supremo Tribunal
com Lei Magnitski**

3

**Procuradoria
Geral da República
pede a prisão de
Bolsonaro**

4

**Projeto ambiental
pode aumentar o
desmatamento da
Amazônia**

3

**Brasil assume a
presidência
rotativa dos BRICs**

5

**Ataque hacker põe
em cheque a
segurança do
sistema financeiro**

FATOS CHAVE EM JULHO DE 2025



GOVERNO TRUMP ANUNCIA TARIFA DE 30% SOBRE DIVERSOS PRODUTOS BRASILEIROS

Em julho de 2025, os Estados Unidos anunciaram a imposição de uma **tarifa de 30% sobre diversos produtos brasileiros**, incluindo aço, alumínio, carne bovina, celulose e café. A justificativa apresentada pelo governo norte-americano foi política: uma retaliação ao que consideram uma **“perseguição judicial” ao ex-presidente Jair Bolsonaro**. A decisão gerou forte repercussão diplomática e acendeu alertas sobre os potenciais efeitos econômicos da medida.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), os produtos afetados somaram cerca de **US\$ 16 bilhões em exportações ao mercado americano em 2024**, o que representa aproximadamente 20% do total exportado pelo Brasil aos EUA. Com a nova tarifa, estima-se que essas **exportações possam sofrer uma queda de 25% a 35%** ao longo dos próximos 12 meses, resultando em uma perda potencial de até US\$ 5,6 bilhões.

Setores como **o agronegócio, a indústria de base e as commodities florestais** são os mais vulneráveis. A competitividade desses produtos no mercado norte-americano será duramente afetada, já que países concorrentes como Canadá, Austrália e Argentina não foram taxados. Isso deve mexer nas cadeias de exportação, pressionando a balança comercial e o volume de divisas.

Especialistas apontam que o **impacto no PIB brasileiro pode variar de 0,3% a 0,5% em 2025**, dependendo da capacidade de resposta do governo. Como reação inicial, o Brasil descartou retaliações e anunciou medidas de crédito subsidiado, apoio à diversificação de mercados e consultas na Organização Mundial do Comércio (OMC). A crise demonstra a **dependência comercial de poucos parceiros estratégicos** e levanta o debate sobre a urgência de uma política comercial mais autônoma, sustentável e resiliente a choques geopolíticos.

FATOS CHAVE EM JULHO DE 2025



ESTADOS UNIDOS ACIONAM MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL COM LEI MAGNITSKI

Em julho de 2025, os Estados Unidos anunciaram sanções contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **Alexandre de Moraes**, com base na chamada **Lei Magnitsky Global**, legislação que permite ao governo norte-americano punir indivíduos estrangeiros acusados de corrupção ou violações de direitos humanos. As sanções incluem o **congelamento de bens** em território norte-americano, **restrições de visto** e a **proibição de transações financeiras** com instituições dos EUA.

A medida teve como base alegações de supostos abusos de poder em decisões judiciais relacionadas à desinformação e à responsabilização de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. A ação provocou um forte abalo diplomático entre os dois países e foi considerada, por analistas, uma **interferência sem precedentes** nos assuntos internos do Brasil. A resposta do governo brasileiro foi imediata.

Em nota conjunta emitida pelo Itamaraty e pelo Supremo Tribunal Federal, o Brasil afirmou que “**a independência do Poder Judiciário é cláusula pétrea do Estado Democrático de Direito**” e que qualquer ataque a essa autonomia constitui uma violação grave do princípio da soberania nacional. O presidente Lula reforçou que o país “**não aceitará pressões externas contra seus magistrados**” e que as relações bilaterais devem se pautar pelo respeito institucional.

No plano econômico, o impacto imediato foi contido, mas o clima de instabilidade afetou o mercado. O dólar subiu 1,4% no dia seguinte ao anúncio, fechando em **R\$ 5,68**, e o índice Ibovespa caiu **1,9%**, refletindo a preocupação de investidores com o possível agravamento da crise diplomática com os EUA — segundo maior parceiro comercial do Brasil, responsável por **14,7% das exportações brasileiras** em 2024.

FATOS CHAVE EM JULHO DE 2025



PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA PEDE A PRISÃO DE JAIR BOLSONARO

Em julho de 2025, a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a **prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro**, aprofundando a crise institucional que envolve o ex-mandatário desde sua saída do poder. A solicitação decorre das investigações da Operação Tempus Veritatis, que apura uma tentativa de golpe de Estado para anular as eleições de 2022, vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a PGR, Bolsonaro teria liderado uma organização criminosa integrada por militares, assessores e políticos, com o objetivo de manter-se no poder ilegalmente. As provas incluem trocas de mensagens, reuniões gravadas, uma minuta de decreto golpista e a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. As investigações apontam que o grupo teria movimentado mais de R\$ 3,2 milhões entre 2022 e 2023 para financiar acampamentos antidemocráticos e campanhas de desinformação nas redes sociais.

A PGR justificou o pedido com base em três fatores: risco de fuga — considerando que Bolsonaro permaneceu por três meses nos Estados Unidos após deixar o cargo —, possibilidade de obstrução da Justiça e a gravidade dos fatos. O pedido causou forte repercussão política, enquanto setores do Congresso pediram. **O PL, partido de Bolsonaro, denunciou "perseguição judicial"** cautela diante da possibilidade de prisão de um ex-presidente eleito democraticamente.

Desde que deixou o cargo, Bolsonaro já havia sido declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2023 por **abuso de poder político**. A eventual prisão preventiva marcaria um divisor de águas na política brasileira, podendo consolidar o afastamento definitivo de Bolsonaro da arena eleitoral. Ao mesmo tempo, o caso reacende o debate sobre os limites da liberdade política e o papel das instituições na proteção da democracia frente a tentativas de ruptura institucional.

FATOS CHAVE EM JULHO DE 2025



BRASIL ASSUME A PRESIDÊNCIA ROTATIVA DO BRICS E FOCA EM ENERGIA E SEGURANÇA

O Brasil assumiu em julho de a **presidência rotativa do BRICS** — bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, ao qual recentemente se juntaram Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A liderança brasileira ocorre em um momento crucial para o reposicionamento geopolítico do Sul Global, com o BRICS ampliando seu papel como contraponto às potências ocidentais no cenário internacional.

Com a expansão do bloco, **os BRICS agora representam cerca de 46% da população mundial e mais de 35% do PIB global** em paridade de poder de compra. Em 2024, o comércio entre os países-membros somou aproximadamente US\$ 2,9 trilhões, segundo o FMI. O Brasil, por sua vez, tem como principal desafio consolidar uma agenda comum entre economias com interesses diversos, promovendo temas como desenvolvimento

sustentável, reforma das instituições multilaterais e ampliação do uso de moedas locais em transações comerciais — uma alternativa estratégica à dependência do dólar. O governo Lula pretende pautar a cooperação em energia limpa, segurança alimentar e investimentos em infraestrutura, além de reforçar o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), sediado em Xangai e atualmente presidido pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Internamente, o Brasil busca usar a presidência do BRICS como vitrine de sua política externa ativa e altiva, resgatando o protagonismo internacional. A expectativa é que a liderança no bloco fortaleça a posição brasileira em negociações multilaterais, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, e aumente o fluxo de investimentos provenientes de países emergentes.

FATOS CHAVE EM JULHO DE 2025



PROJETO AMBIENTAL PODE AUMENTAR O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Em 17 de julho a Câmara dos Deputados aprovou, por 327 votos a 145, o Projeto de Lei 2.159/21 — **apelidado por ambientalistas de “PL da Devastação”**. A proposta altera significativamente o processo de licenciamento ambiental no Brasil, flexibilizando exigências para obras classificadas como de “risco médio”. O texto permite que esses empreendimentos obtenham autorizações apenas mediante uma autodeclaração do empreendedor, **sem a necessidade de estudos prévios de impacto ambiental** ou consulta a comunidades afetadas, como povos indígenas e quilombolas.

Entre os setores mais beneficiados estão **o agronegócio, a mineração e a infraestrutura**, que pressionavam há anos por mudanças nas regras que consideravam “burocráticas”. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que o novo modelo pode acelerar mais de R\$ 150 bilhões em investimentos

represados. Por outro lado, organizações ambientais alertam para o **aumento do desmatamento, conflitos fundiários e degradação de biomas** como a Amazônia e o Cerrado.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), ao menos 219 terras indígenas e 312 territórios quilombolas podem ser impactados por projetos que deixarão de passar por avaliação socioambiental. Já a ONG WWF aponta que **o desmatamento na Amazônia pode crescer até 20% ao ano** caso o PL entre plenamente em vigor. Em 2024, o Brasil desmatou 9.762 km² da Amazônia, segundo o INPE — número que já indicava uma reversão na tendência de queda registrada até 2022.

A proposta segue agora para o Senado, onde enfrenta resistência de parlamentares ligados à pauta ambiental. A aprovação na Câmara, porém, gerou críticas de setores da sociedade civil e aumentando o desgaste internacional da imagem ambiental do Brasil.

ATAQUE HACKER PÕE EM CHEQUE A SEGURANÇA DO SISTEMA FINANCEIRO

Em julho o sistema financeiro brasileiro foi abalado por **um dos maiores ataques cibernéticos já registrados no país**.

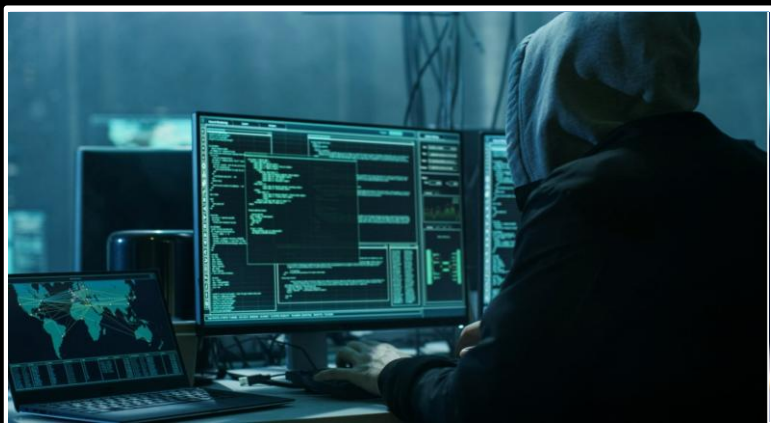
Estima-se que mais de R\$ 500 milhões foram desviados por meio de fraudes envolvendo o sistema de pagamentos instantâneos, o PIX. O ataque teve como alvo uma empresa de tecnologia que presta serviços de intermediação e infraestrutura a diversas instituições financeiras. O caso **evidenciou vulnerabilidades críticas** em sistemas terceirizados, cuja segurança tem impacto direto no ecossistema bancário.

As investigações, conduzidas pela Polícia Federal e pelo Banco Central, revelaram que o ponto de entrada da operação criminosa foi o acesso indevido aos sistemas internos da empresa, facilitado por um técnico de TI que vendeu sua senha administrativa por R\$ 30 mil a integrantes do esquema. Com esse acesso, os fraudadores puderam alterar

limites, simular transações legítimas e redirecionar valores a contas laranjas em diferentes estados do país.

Segundo o Banco Central, **o volume transacionado via PIX ultrapassou R\$ 17 trilhões em 2024**, o que reforça sua importância para a economia brasileira. No entanto, o incidente reacendeu o debate sobre segurança digital, especialmente diante do aumento de fraudes eletrônicas. Em 2023, o número de crimes financeiros digitais cresceu 62% no Brasil, segundo a federação dos bancos.

A prisão do culpado foi acompanhada por novas diretrizes do BC, como autenticação multifatorial e monitoramento contínuo de acessos privilegiados em empresas que operam com instituições financeiras. O episódio também deve acelerar discussões sobre responsabilização civil de prestadoras de tecnologia e o papel da governança corporativa na prevenção de crimes cibernéticos em escala sistêmica.





Viviana Toletti
CEO XCOM BY ATREVIA
viviana.toletti@xcom.net.br



Daniel Bruin
DIRETOR EXECUTIVO XCOM BY ATREVIA
daniel.Bruin@xcom.net.br

ESPAÑA PORTUGAL **BÉLGICA** ARGENTINA **BOLIVIA** BRASIL **CHILE** COLOMBIA
ECUADOR MEXICO **PANAMA** PARAGUAY **PERU** REPUBLICA DOMINICANA **URUGUAY**

